

XII Encontro Nacional de Economia Política

**Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo: contradições e
perspectivas do desenvolvimento**

**O Comércio Exterior Brasileiro na Recente
Expansão da Economia Mundial**

Área Temática 7: Trabalho, Indústria e Tecnologia

Sub-área 16: Economia Industrial e de Serviços

Submetido às sessões Ordinárias

Carolina Troncoso Baltar¹

2007

¹ Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e Pesquisadora do NEIT

O Comércio Exterior Brasileiro na Recente Expansão da Economia Mundial

Resumo

O período 2003-2005 foi marcado pelo intenso crescimento do comércio mundial. Neste contexto, o Brasil foi capaz de reverter seu déficit de comércio, usufruindo de expressivo superávit. Porém, este dinamismo comercial não foi acompanhado de crescimento da economia nacional. Este trabalho tem como objetivo verificar se houve uma mudança no padrão do comércio brasileiro nos anos recentes e relacionar o tipo de comércio brasileiro com as características da estrutura industrial que existe no país.

Abstract

The period between 2003-2005 illustrated a high growth in world trade. In this context, Brazil was able to revert its trade deficit, taking advantage of a considerable surplus. Nevertheless, this trade dynamism did not go hand in hand with national economic growth. The aim of this article is to verify if the Brazilian trade pattern has changed in the recent years and to compare the kinds of Brazilian trade with the industrial structure that exists in this country.

1. Introdução

O período 2003-2005 foi marcado pelo elevado crescimento do comércio mundial, principalmente de *commodities*, devido ao crescimento da China e seu relacionamento com os Estados Unidos. O Brasil respondeu a este cenário com um forte crescimento de suas exportações, passando a usufruir de um expressivo superávit de comércio. Porém, apesar do dinamismo exportador, o país não apresentou crescimento mais intenso da economia nacional, o que ajudou a conter as importações, ampliando o superávit comercial.

Com a globalização, o comércio internacional tem tido um peso muito grande no desempenho das economias nacionais. Até recentemente, o dinamismo do comércio internacional era preponderantemente com produtos manufaturados, destacando-se aqueles com maior conteúdo tecnológico, resultantes de inovações recentes, em que a difusão do seu uso envolveu forte crescimento do comércio entre os países. Um fator de

grande relevância nesta expansão do comércio mundial foi a presença de empresas multinacionais nos diversos países.

Inicialmente, as grandes empresas foram levadas a operarem em outros países, em vez de exportarem seus produtos, numa tentativa de vencer as barreiras protecionistas que os países colocavam às importações, para desenvolver a produção doméstica. O controle público do comércio de cada país teve um papel importante na reconstrução da economia na Europa e no Japão, bem como no desenvolvimento dos países periféricos. A liberalização do comércio somente ganhou força após a reconstrução da Europa e do Japão.

Com a liberalização do comércio vai se alterar o papel das empresas que operam em vários países. Num primeiro momento, elas se inseriram na construção das economias nacionais e ganharam um peso importante, especialmente na produção de manufaturados de cada um dos países. Com a liberalização, as empresas multinacionais passaram a estruturar suas produções a nível mundial, intensificando o comércio de insumos e componentes, dentro da própria empresa. Essa importante alteração na estratégia das grandes empresas levou a se propor uma alteração em sua designação, passando de multinacionais para transnacionais.

O surgimento da empresa transnacional foi parte de uma significativa alteração no padrão do comércio mundial. Antes da liberalização do comércio, o desenvolvimento das economias nacionais, sob proteção, estimulou o comércio entre países de produtos primários e de manufaturados intensivos em recursos naturais, sendo mais limitada a ampliação do comércio entre países de produtos manufaturados com maior grau de transformação industrial. A liberalização do comércio e a transnacionalização das grandes empresas, estruturando mundialmente sua produção, dinamizou fortemente o comércio entre países de produtos manufaturados, especialmente componentes dos bens duráveis e bens de capital.

A demanda de *commodities*, por sua vez, diminuiu de ritmo de crescimento, porque depois da reconstrução da Europa e do Japão e do desenvolvimento de alguns países periféricos, que ampliaram substancialmente a população incorporada ao mercado da produção capitalista, não ocorreram novas incorporações após a década de 1970. O mercado de manufaturados manteve-se dinâmico com a renovação dos produtos, mas a resultante demanda de produtos primários perdeu dinamismo. A novidade recente foi a reativação do comércio de *commodities*, a partir do

desenvolvimento da China, que tem significado uma ampliação substancial da população incorporada ao mercado de manufaturados.

Os efeitos da liberalização sobre o padrão de comércio de um país dependem do grau de desenvolvimento alcançado previamente e da orientação da política industrial, tentando influir no desenvolvimento da economia e no tipo de sua inserção no mundo. Países pouco desenvolvidos e sem uma política de desenvolvimento industrial e que tem, portanto, estrutura produtiva pouco diversificada e integrada, ao se abrir ao comércio, tende a apresentar um padrão de comércio em que exporta produtos diretamente relacionados à dotação de recursos naturais e de trabalho não qualificado, e importa produtos manufaturados com maior grau de elaboração (comércio inter-industrial). Países mais desenvolvidos e com uma política de desenvolvimento industrial ao se abrir tende a um padrão de comércio em que pesa mais a exportação e importação dos mesmos tipos de produtos (comércio intra-industrial). Assim, a avaliação do caráter intra-industrial do comércio de um país proporciona elementos para julgar o grau de desenvolvimento de sua economia, que repercute na qualidade de sua inserção no comércio mundial.

Um país com comércio inter-industrial, exporta produtos de um setor de atividade e importa produtos de outros setores. A natureza inter-industrial de seu comércio aponta para uma especialização das atividades da economia, que pode significar uma debilidade no seu desenvolvimento. Já a predominância do comércio intra-industrial é mais compatível com estruturas setoriais de atividades mais parecidas entre os parceiros comerciais, intercambiando-se variedades diferentes de produtos dos mesmos setores. O comércio intra-industrial, como será visto, não exclui a possibilidade do grau de desenvolvimento dos países serem muito diferentes porque a qualidade das variedades dos produtos pode ser também muito diferente.

Os últimos anos foram marcados pelo aprofundamento do relacionamento comercial das distintas economias nacionais, e seu estudo mostra que foram diferentes as formas e os resultados da inserção dos países nesta globalização. As diferenças se verificaram, inclusive, entre os países emergentes. A América Latina parece não ter aproveitado, tanto quanto alguns países asiáticos, as possibilidades de crescimento decorrentes da maior integração da economia mundial. É importante, portanto, aprofundar o estudo da relação entre o comércio de um país em desenvolvimento e suas potencialidades dinâmicas de crescimento.

Um estudo do padrão do comércio brasileiro proporciona elementos para uma melhor compreensão do fato de sua retomada recente não ter sido acompanhado por um crescimento mais intenso da economia desde 2003. Este artigo examina as pautas de exportação e importação, e subentende que elas estão associadas às características fundamentais da estrutura industrial brasileira. Deste ponto de vista, pode-se dizer que a globalização significou uma oportunidade para desenvolver simultaneamente a estrutura produtiva e o comércio. Países asiáticos puderam e souberam aproveitar essas oportunidades, avançando no desenvolvimento de suas economias. A intenção é verificar se a obtenção do recente superávit comercial significou ou não uma mudança no padrão do comércio brasileiro.

2. Crescimento e Comércio no Brasil e no Mundo

A década de 1990 foi marcada, na economia brasileira, por uma forte entrada de capital, a partir de 1993, que ajudou a baixar a inflação e reativou a economia, com moeda nacional valorizada, desestimulando as exportações e estimulando as importações. O déficit de comércio foi acompanhado de um déficit ainda maior de serviços, resultando em um enorme déficit de conta corrente, que foi coberto pela entrada de capital. A situação modificou-se radicalmente depois da crise asiática em 1997. A reversão dos fluxos de capital levou a desvalorização do Real em 1999. A ameaça de enfrentar a inflação foi enfrentada por uma política macroeconômica que manteve a abertura da economia e procurou conter a fuga de capital com restrições no atendimento da demanda de crédito em moeda nacional e altas taxas de juros.

Diante do alto nível já alcançado previamente pela dívida pública, a ampliação da carga tributária e a obtenção de um expressivo superávit primário viabilizaram aquela política macroeconômica, pagando com a arrecadação de impostos uma parte considerável dos juros da dívida pública. A fuga de capital, a desvalorização da moeda nacional e o aumento da inflação foram contidos, preservando a abertura da economia, mas esta política sacrificou o crescimento do produto.

A situação modificou-se novamente depois de 2003, com o forte crescimento da economia e do comércio mundiais. O crescimento das exportações e as importações contidas pelo fraco crescimento do PIB provocaram elevado superávit comercial, que

permitiu pagar a dívida externa, ampliar as reservas internacionais e valorizou novamente a moeda nacional.

2.1. Crescimento Mundial e Brasileiro após 1997

O crescimento mundial no período que se estende de 1997 até 2005 foi marcado por expressivas oscilações (Tabela 1). O abalo provocado pela crise da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998 foi rapidamente superado e o crescimento mundial se acelerou em 1999/2000. O colapso do mercado de alta tecnologia em 2000 e os atentados de setembro de 2001 repercutiram no desempenho da economia mundial, mas desde 2003 sua recuperação foi visível. Comparando os períodos 1997-2002 e 2002-2005, observa-se um aumento da taxa de crescimento médio geométrico do PIB mundial de 2,3% para 3,1% ao ano.

Tabela 1
Taxa de Crescimento do Produto Mundial

Ano	Mundo	Estados Unidos	Japão	União Européia	Economias em Desenvolvimento	Economias em Desenvolvimento exceto China	Brasil
1997	3,4	4,4	1,6	2,5	5,3	4,7	3,3
1998	1,8	4,4	-2,5	2,7	1,1	0,0	0,1
1999	2,8	4,1	0,1	2,9	3,5	3,0	0,8
2000	4,0	3,8	2,8	3,6	5,4	5,0	4,4
2001	1,3	0,3	0,4	1,7	2,4	1,5	1,3
2002	1,8	2,4	-0,3	1,1	3,5	2,7	1,9
2003	2,5	3,0	1,4	0,9	4,7	3,9	0,5
2004	3,8	4,4	2,6	2,1	6,4	5,7	4,9
2005	3,0	3,5	1,8	1,5	5,4	4,6	2,3

Fonte: UNCTAD e IBGE

O desempenho da economia norte-americana não foi afetado pelas crises da Ásia e Rússia, mas foi muito abalado pelo colapso do mercado de alta tecnologia e pelo atentado de 2001, recuperando-se, entretanto, a partir de 2002. O crescimento do PIB dos Estados Unidos entre 1996 e 2000 (média de 4,2% ao ano) foi maior do que entre 2002 e 2005 (média anual de 3,6%). A União Européia também mostrou desempenho do PIB melhor em 1996-2000 (2,9% ao ano, contra 1,5% ao ano em 2002-2005). No Japão ocorreu o contrário, mas o ritmo de crescimento é pequeno nos dois períodos (0,4% e 1,2% ao ano, respectivamente). Por fim, os países em desenvolvimento foram os que apresentaram aumento mais expressivo no crescimento do PIB, que passou de

3,8% ao ano entre 1996-2000 para 5,5% entre 2002-2005. No Brasil, o crescimento do produto foi igualmente modesto nos dois períodos (2,1% e 2,5% ao ano, respectivamente).

2.2. Comércio Exterior Mundial e Brasileiro após 1996

As exportações mundiais tiveram um desempenho muito melhor que o crescimento do produto mundial. As exportações mundiais cresceram no ritmo médio de 8,1% de 1996 até 2005, com taxas mais elevadas principalmente entre os anos de 2003 e 2005 (Tabela 2). No caso brasileiro, o desempenho exportador, comparado com o crescimento do PIB, foi ainda maior, tendo uma taxa média de crescimento das exportações, de 10,9%. Os anos de maior crescimento das exportações brasileiras também foram os de 2003 a 2005. A corrente de comércio (exportações mais importações) apresentou um crescimento anual de 7,9% entre os anos de 1996 e 2005, sendo bastante forte nos últimos três anos. Estas elevadas taxas de crescimento também ocorreram para as importações, embora com valores mais baixos do que o das exportações. O resultado foi um pequeno superávit comercial a partir de 2001, com crescimento forte do saldo a partir de 2002.

Tabela 2
Produto e Comércio Exterior do Brasil e do Mundo (valor em US\$ milhões FOB)

Ano	PIB Brasil	Exportações Brasileiras		Importações Brasileiras		Crescimento Comércio Brasileiro (exportações + importações)	PIB Mundial	Exportações Mundiais	
		Valor	Var %	Valor	Var %			Valor	Var %
1996	2,7	47,7	2,7	53,3	7,1	4,9	4,1	5.308,0	5,3
1997	3,3	53,0	11,0	59,7	12,0	11,6	3,4	5.518,0	4,0
1998	0,1	51,1	-3,6	57,7	-3,4	-3,5	1,8	5.386,0	-2,4
1999	0,8	48,0	-6,1	49,3	-14,7	-10,6	2,8	5.581,0	3,6
2000	4,4	55,1	14,7	55,8	13,3	14,0	4,0	6.293,0	12,8
2001	1,3	58,2	5,7	55,6	-0,4	2,6	1,3	6.030,0	-4,2
2002	1,9	60,4	3,7	47,2	-15,0	-5,4	1,8	6.302,0	4,5
2003	0,5	73,1	21,1	48,3	2,2	12,8	2,5	7.352,0	16,7
2004	4,9	96,5	32,0	62,8	30,0	31,2	3,8	8.902,0	21,1
2005	2,3	118,3	22,6	73,5	17,1	20,4	3,0	10.153,0	13,6

Fonte: Secex e IBGE

O desempenho do comércio exterior brasileiro foi marcado, inicialmente, pela desvalorização do Real, em janeiro de 1999. Esta afetou, num primeiro momento, mais as importações do que as exportações, devido ao mau desempenho tanto da economia mundial quanto da brasileira. A diminuição das importações, principalmente em 1999 e em 2002, refletiu o efeito combinado da baixa atividade econômica do Brasil e de uma

alta do preço do dólar, superior à diferença entre as inflações doméstica e internacional. Já as exportações aumentaram lentamente com a desvalorização do Real e acelerou somente depois de 2002, com o aumento do produto e do comércio mundiais (Tabela 2 e 3).

Tabela 3
Taxa de câmbio - efetiva real - INPC - exportações - índice (média 2000 = 100)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
janeiro	70,9	71,3	70,3	93,0	101,6	105,4	107,7	139,6	120,3	117,8
fevereiro	71,0	70,3	70,4	115,3	99,5	106,5	105,9	145,8	123,6	113,4
março	71,3	69,8	70,4	111,9	97,5	109,4	102,0	140,3	121,3	119,2
abril	70,8	69,7	70,8	99,6	98,4	113,7	100,9	124,4	121,1	112,1
maio	70,2	70,7	71,0	98,8	100,4	118,3	108,0	119,9	129,0	105,3
junho	69,9	70,8	70,9	102,6	101,0	120,5	118,2	118,0	131,1	102,5
julho	70,0	70,5	71,4	103,9	98,9	122,9	128,4	116,7	127,5	101,2
agosto	70,7	70,5	72,0	109,4	97,2	125,9	134,4	120,4	125,8	102,4
setembro	71,1	71,4	73,7	110,3	98,0	133,7	143,5	117,4	121,8	100,6
outubro	71,2	72,2	75,3	114,1	99,8	134,1	161,1	116,9	122,4	98,3
novembro	71,9	72,5	75,1	109,9	103,1	121,9	147,5	119,1	122,0	94,9
dezembro	71,9	71,3	75,7	103,8	104,6	111,8	147,3	121,4	119,4	98,0

Fonte: IPEA-Data

A taxa de cambio efetiva real, que estava muito baixa antes da desvalorização de janeiro de 1999, oscilou desde então, atingindo valores muito altos na segunda metade de 2001 e em 2002, diminuindo desde então, em paralelo ao aumento do saldo comercial brasileiro, que provocou significativos superávits de conta corrente. Não obstante, mesmo no final de 2005, a taxa de câmbio efetiva real foi ainda bastante superior à verificada antes da desvalorização de janeiro de 1999.

O crescimento forte do comércio brasileiro verificado a partir de 2003, principalmente o comportamento das exportações, está relacionado não apenas ao nível da taxa de cambio e ao desempenho da economia internacional, mas também ao crescimento dos preços das *commodities* no mercado internacional, devido ao impacto do elevado crescimento da China sobre a demanda por esses produtos e ao deslocamento de fundos de outras aplicações no mercado financeiro para as bolsas de mercadorias e futuros.

3. Metodologia

3.1. Indicadores Tradicionais de Comércio

Num panorama geral da evolução do comércio entre os países, desde o século XIX, constatou-se, de um lado, a crescente importância dos produtos manufaturados em detrimento dos produtos primários e, de outro, a crescente participação no comércio mundial dos países mais industrializados. Esse resultado, em grande medida, reflete o fato de que o desenvolvimento da produção de bens envolveu uma enorme diversificação dos produtos manufaturados que, inclusive, substituíram uma série de produtos primários. O comércio de produtos manufaturados entre países mais desenvolvidos facilitou a ampliação da variedade dos produtos e o aproveitamento das economias da produção em grande escala. É possível distinguir o tipo de comércio em função do grau de desenvolvimento dos países envolvidos. No caso do comércio entre países com graus de desenvolvimento muito diferentes, o intercâmbio tende a ser de produtos de setores diferentes (inter-setorial). Já no caso do comércio entre países com graus semelhantes de desenvolvimento, tende a ser maior o peso do intercâmbio de produtos dos mesmos setores (intra-industrial). Os indicadores de comércio procuram exprimir essas diferenças de tipos de comércio (Fontagné e Freudenberg, 1997).

Os indicadores sobre comércio internacional foram inspirados pela decomposição do comércio total em uma parcela de comércio equilibrado (sobreposição entre exportações e importações) e uma parcela de comércio desequilibrado (superávit ou déficit). Considerando uma economia de dois setores, com comércio global equilibrado, o grau intra-setorial do comércio pode ser medido a partir do peso dos saldos no comércio de cada um dos setores. Os dois casos extremos são: primeiro, os dois setores têm comércio equilibrado, o que permite dizer que o comércio da economia é intra-setorial; e, segundo, um setor só tem exportação e o outro apenas importação, sendo o comércio da economia inter-industrial. Os casos intermediários dependem do montante do desequilíbrio do comércio de cada setor em relação ao total deste comércio.

Um dos primeiros indicadores para medir a composição inter e intra-industrial do comércio entre os países foi o de Balassa²:

$$B_j = \frac{X_j - M_j}{X_j + M_j} = \frac{\frac{X_j}{M_j} - 1}{\frac{X_j}{M_j} + 1}, \text{ em que}$$

X representa a exportação da indústria j, e

M representa a importação da indústria j.

De acordo com este indicador, o comércio do setor é inter-industrial quando o saldo é muito grande, e é intra-industrial quando há um equilíbrio entre exportação e importação do setor. Se B_j for igual a -1, o comércio é inter-industrial com desvantagens comparativas para o setor. Se for igual a zero é intra-industrial. E se for igual a 1, o comércio é inter-industrial com vantagens comparativas para o setor.

Outro indicador, derivado do de Balassa, e um dos mais usados para medir a extensão do comércio intra-industrial, foi elaborado por Grubel e Lloyd (GL), que procura medir o valor da sobreposição entre exportações e importações no comércio total de uma indústria j dada:

$$GL_j = \frac{X_j + M_j - |X_j - M_j|}{X_j + M_j} = 1 - \frac{|X_j - M_j|}{X_j + M_j}.$$

Este indicador varia entre 0 e 1. Quando o valor das exportações for semelhante ao valor das importações, isto é GL próximo de 1, o comércio é classificado como intra-industrial, e caso contrário, inter-industrial.

Fontagné e Freudenberg (1997) apontam algumas imperfeições deste indicador. Uma delas é que parte importante do comércio intra-industrial pode ser apenas aparente em consequência de uma desagregação geográfica ou setorial insuficiente. Cada um dos setores elabora diversos produtos, e é possível que o setor exporte alguns produtos e importe outros. No conjunto do setor, o comércio é equilibrado, mas para cada produto o desequilíbrio pode ser grande. Além disso, o setor pode exportar para um país e

² Uma discussão mais detalhada deste e de outros indicadores de comércio entre países pode ser encontrada em Fontagné e Freudenberg (1997)

importar de outro. Neste caso, o comércio global do setor pode estar equilibrado, mas o desequilíbrio pode ser grande no comércio com cada país.

3.2. Indicadores Alternativos de Comércio

Fontagné e Freudenberg (1997) apontam para a necessidade de um método que: minimize os problemas de agregação setorial e geográfica, utilizando uma classificação mais desagregada por produto e países de origem das importações e destino das exportações. Para cada produto e país, o comércio é unilateral quando o saldo é grande em relação ao total do comércio. Neste caso, trata-se de um comércio fundamentalmente de uma só via. O comércio será bilateral se o saldo para determinado produto e país for pequeno relativamente ao total do comércio. Neste caso, o comércio com este produto e país é fundamentalmente de duas vias. No caso do comércio de duas vias, distingue-se ainda simples diferenças horizontais de diferenças verticais, em função da diferença de qualidade do produto, expressada pelos preços. Uma metodologia que incorpora essas considerações será utilizada neste trabalho, partindo dos indicadores de Abd-El-Rahman e Fontagné e Freudenberg. Assim distinguiram-se três tipos de comércio. Em primeiro lugar, o comércio unilateral de produtos que são exportados ou importados de um determinado país. Em segundo lugar, o comércio bilateral, em que se exporta e importa de determinado país produtos horizontalmente diferenciados, em que as variedades exportadas e importadas situam-se num mesmo grau de qualidade. E, em terceiro lugar, o comércio bilateral de produtos verticalmente diferenciados, em que há diferenças de qualidade entre os produtos exportados e importados. Assume-se que diferenças em preços (valores unitários) refletem diferenças em qualidade.

Para fazer a distinção entre o comércio unilateral e o bilateral, foi utilizado o Índice de Sobreposição do Comércio:

$$ISC = \frac{Min(X_{r,p,t}; M_{r,p,t})}{Max(X_{r,p,t}; M_{r,p,t})}, \text{ em que}$$

X representa a exportação para a região r, do produto p, no tempo t, e

M a importação da região r, do produto p, no tempo t.

Se ISC for maior do que 10%, o comércio do produto é considerado bilateral, caso contrário, seria unilateral.

Outro índice utilizado é o Índice de Qualidade:

$$IQ = \frac{ValorUnitária da Exportação_{r,p,t}}{ValorUnitária da Importação_{r,p,t}}$$

Este índice distingue se a diferenciação é horizontal ou vertical. Se IQ estiver entre 0,85 e 1,15, o produto é diferenciado horizontalmente, caso contrário, a diversificação seria vertical. A diferença de qualidade é captada pela diferença de preços.

Quando o comércio for bilateral vertical, distingue-se a qualidade do fluxo de comércio pelo valor do Índice de Qualidade. Quando IQ for maior do que 1,15, assume-se que o fluxo comercial é de alta qualidade, no sentido de que as exportações têm valor unitário maior do que as importações, e quando for menor do que 0,85, seria de baixa qualidade.

Espera-se que o comércio bilateral horizontal ocorra entre indústrias de países mais parecidos, já que a qualidade dos produtos é semelhante. No caso do comércio bilateral vertical, a existência de produtos com qualidades distintas reflete a diferença de desenvolvimento industrial. Finalmente, o comércio unilateral prevalecerá entre países que têm dotações de recursos muito diferentes. Em tese, no caso do comércio bilateral vertical superior, em que a qualidade do produto exportado é superior a do produto importado, espera-se que a produção deste produto agregue mais valor, gerando um maior potencial de crescimento para o país. É claro que existe exceções, como a Maquila, que exporta produtos do final da cadeia produtiva, sem necessariamente gerar muito valor agregado. O segundo caso, o do comércio bilateral vertical inferior, pode ocorrer quando o país está especializado na faixa mais baixa da cadeia de valor, exportando insumos baratos. Isto significa que a agregação de valor na economia também é mais baixa.

Esta metodologia será utilizada para estudar o comércio do Brasil. Os dados são fornecidos pela SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) e serão analisados a uma desagregação de seis dígitos. Os períodos estudados são 1996-1998 e 2003-2005, com a intenção de se identificar um determinado padrão de comércio no primeiro período e verificar se este se mantém com as alterações ocorridas após 1999 no mundo e na

economia brasileira. Os anos entre 1999 e 2002 não serão utilizados na análise para evitar um viés no resultado, pois houve a crise do Brasil em 1999 e a crise mundial em 2002. Procura-se avaliar o tipo de comércio que prevalece no Brasil, esperando que proporcionem elementos que contribuam para o estudo do padrão de comércio do país e sua relação com o potencial de crescimento da economia brasileira. Nesse sentido, é importante levar em conta a estrutura produtiva do país e sua relação com o comércio exterior.

4. Aplicação da Metodologia

4.1. Panorama Geral

A corrente de comércio (soma das exportações e importações) no período de 2003 a 2005 foi, em média, de 157,5 bilhões de dólares FOB por ano, correspondendo 61% às exportações. O resultado foi um superávit comercial médio de 34,4 bilhões de dólares (Tabela 4). Comparando com o período 1996-1998, saímos de um déficit comercial médio de 6,3 bilhões de dólares para um expressivo superávit. Houve crescimento tanto das exportações quanto das importações, porém o crescimento das primeiras foi muito mais intenso.

Tabela 4
Comércio Brasileiro
(valor em US\$ milhões de FOB, média do período, taxa em %)

	1996-1998	2003-2005
Exportações	50.610,9	95.949,0
Importações	56.879,6	61.525,9
Saldo Comercial	(6.268,7)	34.423,0
Comércio	107.490,5	157.474,9
Particip. Das Exportações	47,1	60,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secex

A mudança cambial em janeiro de 1999 deu início a uma nova fase do comércio exterior do país, mais favorável às exportações. Inicialmente, entretanto, a situação desfavorável do comércio mundial contribuiu para retardar a resposta das exportações à desvalorização do Real. Assim,

“o desempenho das exportações em termos de intensidade e destinação foi bastante diferenciado por setor de atividade e, na média, ficou aquém do aumento esperado e desejado. A reversão do saldo comercial – de

fortemente deficitário para modestamente superavitário em 2000-2001 – foi decorrência da queda mais que proporcional das importações do que do aumento das exportações, em um quadro de relativa instabilidade da demanda doméstica: retração em 1999, recuperação em 2000 e nova desaceleração em 2001. E, mais importante (...): o quadro de produtos com maior intensidade tecnológica permaneceu fortemente deficitário mesmo após a desvalorização cambial, com as importações de produtos de média e alta intensidade tecnológica mantendo-se praticamente inalteradas” (Sarti, F. & Sabbatini, R. 2003: 387).

A grande elevação das exportações ocorreu depois de 2002, com o aumento do produto e do comércio mundiais. De acordo com Laplane e Sarti (2006), com uma política macroeconômica freando recorrentemente o crescimento da demanda doméstica, o principal estímulo para a expansão da produção industrial somente poderia vir do exterior. O grande aumento das exportações brasileiras, inclusive de manufaturados, foi resultado de um câmbio favorável e da reativação da economia mundial a partir do estreito relacionamento dos Estados Unidos com a Ásia, que resultou em crescente demanda por insumos das economias asiáticas, especialmente da China, que ajudou a elevar a atividade econômica de países que são habituais compradores de produtos manufaturados brasileiros (Prates, 2006).

Assim, o aumento da demanda por produtos primários das economias asiáticas, que provocou a elevação do preço desses produtos, foi acentuado pela situação de alta liquidez no mercado financeiro internacional, o que provocou efeitos diretos e indiretos sobre as exportações brasileiras. Além dos efeitos imediatos do aumento das exportações de produtos primários para a Ásia e do aumento do valor dessas exportações para a Europa, devido aos aumentos de preços, ocorreram efeitos indiretos a partir do aumento da renda dos outros países em desenvolvimento, que são exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados brasileiros. Naturalmente, uma reversão na demanda internacional e nos preços dos produtos primários teria o efeito inverso de provocar uma intensa redução nas exportações brasileiras de produtos primários e manufaturados, traduzindo a vulnerabilidade do país à situação do comércio mundial, associada às peculiaridades da pauta de comércio exterior do Brasil.

4.2. Resultado da Metodologia

Analisando o comércio brasileiro de acordo com os indicadores de Fontagné e Freudenberg, que considera o comércio de uma via aquele em que o superávit ou o déficit sejam maiores do que 82% do comércio de produtos particulares com regiões específicas, notamos que o intenso aumento das exportações e a relativa contenção das importações brasileiras não alteraram a unilateralidade do comércio brasileiro, que foi em ambos os períodos analisados superior a 80% do comércio brasileiro (Tabela 5).

Tabela 5
Avaliação do Comércio de acordo com o indicador de Fontagné e Freudenberg (em %)

	1996-1998	2003-2005
Bilateral Horizontal	28,7	16,6
Bilateral Vertical Superior	22,9	22,0
Bilateral Vertical Inferior	48,5	61,4
Total Bilateral	14,7	16,6
Total Unilateral	85,3	83,4
Total Comércio	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secex

A pequena elevação do comércio de duas vias ocorreu com aumento do comércio bilateral vertical inferior, que passou a representar mais do que 60% do comércio intra-industrial. Isto significa que, o ligeiro aumento do comércio de duas vias brasileiro ocorreu naqueles produtos em que nossas exportações têm uma qualidade inferior às nossas importações. Ou seja, a pouca inserção do comércio brasileiro no comércio intra-industrial está se consolidando naqueles produtos de baixo valor agregado.

5. Conclusão

Num quadro de intenso crescimento do comércio mundial, o Brasil reverteu o déficit de comércio e passou a usufruir de expressivo superávit. A política macroeconômica do país conteve o consumo e o investimento, e neste contexto o aumento das exportações mostrou-se insuficiente para induzir um crescimento mais expressivo do PIB. Desde a desvalorização do Real, em 1999, a política macroeconômica priorizou o combate à inflação, através de uma política monetária contracionista, administrando uma enorme dívida pública, por meio de superávit primário, obtido com alta carga tributária e redução do investimento público. A

incerteza provocada pela perspectiva de vitória da oposição na eleição de 2002, e eventual alteração nas linhas de política monetária, perturbou a eficácia desta estratégia, ao motivar uma acentuação da fuga de capitais. O preço do dólar aumentou fortemente, ampliando as possibilidades de aumento da inflação. Diante deste quadro, o novo governo optou por dar continuidade à política macroeconômica, acentuando seus principais aspectos, ao elevar ainda mais o nível das taxas de juros e do superávit primário. Um dos objetivos principais era reverter a subida do preço do dólar. O crescimento do comércio mundial, repercutindo nas exportações brasileiras, num quadro de pouco crescimento do PIB, levou à enorme superávit comercial, que permitiu reduzir a dívida externa e ampliar as reservas internacionais. O preço do dólar diminuiu fortemente, apesar do aumento das reservas, devido ao montante do superávit comercial e às operações no mercado futuro de dólar, motivado pelas altas taxas de juros.

A insuficiência do aumento das exportações para induzir maior crescimento do PIB está relacionada com as características desse comércio, em termos das pautas de exportação e importação, que limitam os efeitos dinâmicos da ampliação do comércio sobre o crescimento do PIB. O Brasil exporta produtos primários e semi-elaborados para países desenvolvidos, e produtos manufaturados de nível tecnológico intermediário para países em desenvolvimento, importando dos países desenvolvidos produtos manufaturados de alto nível tecnológico, e de países em desenvolvimento produtos primários e semi-elaborados. A potencialidade de geração de valor agregado e de efeitos dinâmicos do comércio exterior sobre o PIB é tanto maior quanto maior for o nível de sofisticação tecnológica dos produtos exportados vis-à-vis os importados, e quanto maior for o peso das exportações desses produtos para os países desenvolvidos, onde é maior a demanda por esses produtos. As peculiaridades das pautas de exportação e importação não são favoráveis ao crescimento da economia brasileira, mas contêm algum potencial, que pode ser desenvolvido. Essas características do comércio exterior brasileiro, entretanto, não foram alteradas pelo intenso crescimento das exportações.

Na verdade, uma mudança mais profunda do padrão de comércio exigiria alterações na estrutura produtiva da economia brasileira que pressuporiam um nível de investimento muito maior do que o verificado. Tais investimentos teriam que ampliar e melhorar a infra-estrutura, capacitar o país para elaborar produtos de maior elaboração tecnológica, prescindindo de importações, e para consolidar suas exportações de produtos de nível tecnológico intermediário para países em desenvolvimento e ampliar

o peso dos produtos tecnologicamente mais sofisticados na pauta de exportação, logrando exportá-los para países desenvolvidos. Isto não quer dizer que as exportações teriam necessariamente que se constituir no motor do crescimento em um país com as dimensões do Brasil. Trata-se apenas de melhorar as pautas de importação e exportação, de modo a obter os saldos comerciais necessários para cobrir os déficits da conta de serviços do balanço de pagamentos, em meio a um crescimento mais intenso do produto, fundamentalmente explicado pela retomada dos investimentos e pelo aumento do consumo doméstico.

A análise do comércio, utilizando a metodologia de Fontagné e Freudenberg, mostra que o comércio brasileiro era e continua fundamentalmente unilateral, ou seja, a maior parte do comércio nacional envolve déficit ou superávit de mais de 82%, considerando produtos e regiões específicas. Isto significa que as alterações recentes no saldo comercial brasileiro não significaram uma mudança na composição da pauta, mas sim uma resposta às mudanças verificadas no comércio mundial.

Nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento que melhor aproveitaram a situação internacional, o crescimento do comércio envolveu ampliação da participação do comércio intra-industrial, refletindo o aumento da importância do intercâmbio dos próprios países desenvolvidos. Este comércio permitiu ampliar a variedade de produtos e aproveitar melhor as economias de escala e de aprendizado tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento dessas economias. Este padrão de comércio favorece a agregação de valor e permite que uma intensificação do comércio tenha um forte impacto sobre o crescimento dessas economias.

O padrão do comércio brasileiro não tem essas características. Porém, este padrão de comércio não impediu que, em circunstâncias favoráveis do comércio mundial, o país fosse capaz de reverter um déficit de comércio e obter um expressivo superávit comercial. O crescimento das exportações, entretanto, teve pouco impacto sobre o valor agregado dos setores exportadores e limitada contribuição para o crescimento global da economia brasileira.

A relação entre comércio e crescimento, portanto, não é simples e automática, sendo necessária a realização de investimentos, não somente na infra-estrutura do país, mas também em substituição de importações e na diversificação da pauta exportadora, com maior transformação industrial e agregação de valor na economia. O estudo do assunto ressalta a importância do conteúdo do comércio. A inserção mundial do Brasil

não permitiu ao país aproveitar todas as oportunidades, porque não ocorreram os investimentos necessários, mas ao menos o país foi capaz de obter saldo positivo da conta corrente do balanço de pagamentos, reduzindo assim sua vulnerabilidade externa.

Pela literatura, sabemos que houve aumento do comércio de manufaturados entre os países, e que boa parte destas trocas são feitas dentro das grandes corporações. Essas multinacionais passaram a ter uma produção mais dispersa geograficamente, com as regiões se especializando em determinados produtos. A metodologia utilizada no trabalho, ao avaliar o tipo do comércio brasileiro, pôde examinar o quanto o Brasil está inserido neste comércio de manufaturados. Notamos que prevaleceu o comércio unilateral e que o pouco comércio bilateral foi fundamentalmente vertical inferior. O resultado seria uma pequena contribuição para a agregação de valor na economia.

Bibliografia

- BALTAR, Carolina Troncoso (2007) **Padrão do Comércio Brasileiro no Período 2003-2005: um estudo do conteúdo dos fluxos de importação e exportação**. Campinas-SP: Unicamp (Dissertação de Mestrado).
- FONTAGNÉ, Lionel & FREUDENBERG, Michael (1997) **Intra-Industry Trade Methodological Issues Reconsidered**. Working Papers Released by CEP II, document de travail n° 97-01.
- LAPLANE, Mariano & SARTI, Fernando (2006) Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial. In: CARNEIRO, Ricardo (org) **A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula**. São Paulo: Editora UNESP.
- PRATES, Daniela Magalhães (2006) *A Inserção da Economia Brasileira no Governo Lula*. In: CARNEIRO, Ricardo (org) **A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula**. São Paulo: Editora UNESP.
- SARTI, Fernando & SABBATINI, Rodrigo (2003) *Conteúdo Tecnológico do Comércio Exterior Brasileiro*. In: VIOTTI, Eduardo Baumgratz & MACEDO, Mariano de Matos (org) **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil**. Campinas-SP: Editora Unicamp.